

# EDUCAÇÃO POPULAR, CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER, PAULO FREIRE & MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS<sup>296</sup>

Moacyr de Góes<sup>297</sup>

A Educação Popular, proposta educativa que está indissolúvelmente ligada ao nome de Paulo Freire, é, para falar numa linguagem dele, um movimento *situado e datado* na história brasileira. Na sua certidão de batismo consta como local de nascimento a cidade do Recife (PE) e como data a de maio de 1960. É claro que estamos falando da fundação do MCP – Movimento de Cultura Popular.

## 1. EDUCAÇÃO POPULAR

Antes, com o movimento dos Pioneiros da Educação Nova, inédita aliança de socialistas e liberais, em 1932, já se falava em educação popular, esta entendida como a universalização da escola. Nos anos 60, a educação popular, todavia, é entendida não só como um direito de cidadania, mas como a necessidade de encontrar atalhos, queimar etapas e, urgentemente, incluir os excluídos num processo não só educativo, mas, também, político, econômico, social e cultural.

Como todo movimento popular, este dos anos 60, é entendido e explicado a partir do estudo de conjuntura do período e dos cortes históricos que sejam possíveis fazer para oferecer maior visibilidade à questão. Nessa *leitura do mundo* (para continuar a balizar o tema com a linguagem de Freire), são evidentes alguns impulsos políticos que vão construir a engenharia histórica do final dos anos 50 e início dos 60, a saber.

Externamente: a Revolução Cubana e a convocação do Concílio do Vaticano II da Igreja Católica (1959). De 1962 a 1965, o desenrolar do referido Concílio.

Internamente: 1) a chegada do grupo industrial à condição de elemento hegemônico do sistema nacional do poder, na década de 60; 2) o surgimento das Ligas Camponesas de Francisco Julião (1958); 3) o desenvolvimentismo capitalista que acena para uma aceleração histórica de construção de cinquenta anos em cinco; 4) o nacionalismo que denuncia a remessa de lucros para o exterior das empresas estrangeiras; 5) o latifúndio questionado no campo; 6) o crescimento político da área sindical urbana e do movimento estudantil com o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o PUA (Pacto de Unidade e Ação) e a UNE (União Nacional dos Estudantes); 7) a longa discussão da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que serviu de tribuna para a luta em defesa da escola pública; 8) a SUDENE (Superintendência do Nordeste) de Celso Furtado abrindo esperanças na região; 9) o maniqueísmo da Guerra Fria; 10) a Aliança para o Progresso implantada pelos EUA na América Latina como estratégia de contenção à Revolução Cubana; 11) a Frente do Recife (1958) aliando comunistas, socialistas, liberais e católicos

---

<sup>296</sup> - Os textos “Educação Popular, Paulo Freire e os movimentos sociais contemporâneos” (Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas – III Colóquio Internacional Paulo Freire, Recife, set. 2001) e “De Pé no Chão também se Aprende a Ler – 40 anos depois” (UFRN, Natal, nov. 2001) são aqui complementados e atualizados.

<sup>297</sup> Idealizador e dirigente da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

de esquerda na eleição de Arraes para a Prefeitura do Recife; 12) a eleição de Djalma Maranhão para a Prefeitura de Natal (1960), dentro da mesma estratégia pernambucana. Estes eventos – não necessariamente nesta hierarquia e cronologia - e outros explicam a efervescência cultural da passagem dos anos 50 para os 60 no Brasil.

Na questão do ensino propriamente dito, a proposta do que seria a Educação Popular dos anos 60 começa a ser encaminhada em 1958 com o II Congresso Nacional de Educação de Adultos. Na preparação deste, no Seminário Regional de Pernambuco, Paulo Freire é relator do tema *A educação dos adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos*. Como a língua é uma coisa viva e para usar uma expressão dos nossos dias, em *populações marginais* lê-se *populações excluídas*. Esta é uma das retomadas do vetor social e político na educação, questão escamoteada durante o Estado Novo. Naquele II Congresso, os pernambucanos convocam a um trabalho da escola *com* o homem e não *para* o homem; a substituição da aula expositiva pela discussão; a utilização de modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais (Paiva, 1973). Esse posicionamento emergirá, novamente, na tese de Paulo Freire *Educação e atualidade brasileira*, em 1959, quando, em termos individuais estabelece o “trânsito” da consciência intransitiva para a consciência transitiva e crítica e, em termos sociais, o “trânsito” de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta (Góes, 1980). Estes são os pórticos teóricos por onde passarão os movimentos populares dos anos 60 e que construirão a Educação Popular – esta entendida, de uma forma generosa e até ingênua, como uma das alavancas que mudaria o mundo. Germano Coelho, um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular (MCP), fala também de fontes culturais da literatura católica de esquerda na França, no pós Segunda Guerra Mundial.

Essas idéias, difusas ainda, ganham encarnação com a vitória eleitoral da esquerda no Recife e em Natal em 1958 e 1960, Arraes e Maranhão, respectivamente. Assim, é possível estabelecer uma cronologia para o surgimento dos quatro movimentos de educação popular que são considerados fundacionais:

1. O Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em maio de 1960, sob o patrocínio da Prefeitura do Recife, como sociedade civil autônoma;
2. A Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, deflagrada pela Secretaria Municipal de Educação de Natal, em fevereiro de 1961;
3. O Movimento de Educação de Base (MEB), lançado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em convênio com o governo federal, em março de 1961;
4. O Centro Popular de Cultura (CPC), criado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em abril de 1961.

Esses movimentos têm como objetivo comum, para usar uma linguagem dos tempos de hoje, e repetindo o que foi dito no início, incluir os excluídos da sociedade num processo educacional, social, político, econômico e cultural. Para alcançar essa estratégia várias táticas foram desenvolvidas, diversificadas, dando a cada um deles uma face própria, apesar da ideologia comum de esquerda, esta mais ousada em uns e outros não. Assim, nos limites desta fala, é possível identificar alguns impulsos básicos que identificam cada um deles.

No MCP predomina a diversificação: a pesquisa educacional, que vai elaborar o Método Paulo Freire, em 1962 (ARY, s/d), a alfabetização, o ensino fundamental, as praças de cultura, a edição de textos e o teatro.

A Campanha De Pé no Chão, partindo da proposta de erradicar o analfabetismo em Natal vai criar acrescentamentos culturais como o estímulo e a organização de autos populares e folclóricos; assume a preparação do magistério municipal com o seu Centro de

Formação de Professores; a iniciação ao trabalho com a sua Campanha de Pé no Chão também se Aprende uma Profissão; as praças de cultura e a criação de bibliotecas populares, programações diárias em rádios, construindo uma política educacional orgânica **de e com** as classes sociais urbanas subordinadas. Sua especificidade é desvelar que a escola não é o prédio escolar e, assim, ensinou crianças, jovens e adultos em Acampamentos cobertos de palha de coqueiro e sobre chão de barro batido, formas arquitetônicas idênticas às casas dos pescadores das praias. Com isso barateou os custos e multiplicou as oportunidades de escolas.

O MEB optou pela educação das classes camponesas através de uma rede de escolas radiofônicas e participação na sindicalização rural promovida pelo clero e leigos católicos.

O CPC abriu o caminho da politização das questões sociais através, principalmente, do teatro de caixotinho, da edição de livros, discos e filmes, mantendo a alfabetização como política secundária até o momento do Plano Nacional de Alfabetização do MEC com a aplicação do Método Paulo Freire (1963).

Esta conjuntura político-educacional desabrocha com um força tal que, em setembro de 1963, quando ocorre o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, no Recife, já se reúnem 44 organizações que, espalhadas pelo Brasil, desenvolvem programas de alfabetização e cultura popular. O fundo de quadro, então, é a mobilização política pelas Reformas de Base do Governo Jango e já estão no palco os atores que interpretarão o teatro da crise na percepção de Gramsci, isto é, os tempos em que o novo tenta emergir mas o arcaico teima em sobreviver e não lhe abrir espaço. O desenlace é o Golpe de Estado de 1964, bem conhecido por todos.

## **2. A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER.**

Na distribuição das tarefas desta Mesa, me coube a função específica de refletir e discutir o movimento de educação popular de Natal (RN), isto é, a questão dos Comitês Nacionalistas (1960) e os aspectos político-educacionais da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler (1961-64), dentro do quadro geral da época.

O Censo de 1960 havia revelado a Cidade do Natal com uma população de 160.000 habitantes em números arredondados para cima, na qual 60.254 eram analfabetos fora da escola (cifra possível de se decompor em 35.810 crianças e 24.444 adultos). Nos últimos 20 anos, o Estado oferecera matrículas de ensino fundamental em 11 Grupos Escolares, estes reduzidos ao número de 10, em 1960, porque um Grupo Escolar fora transformado numa Faculdade de Direito. Acrescente-se que, após a Segunda Guerra Mundial, quando a Cidade desempenhara importante papel na luta aliada pelo Atlântico Sul, a população de Natal crescera multiplicada por quatro e, então, estará desenhado o quadro de colapso de sua escola pública (GÓES, 1980). A Prefeitura, em 1960, com a sua nascente Secretaria Municipal de Educação, optou, então, pela escolarização infantil. O ensino para jovens e adultos era oferecido apenas nos turnos da noite, em termos tradicionais.

Aqui é necessário um corte histórico para a devida compreensão da conjuntura do momento. As eleições de 1960, em Natal, se efetivam num clima de mudança e esperança. Pela primeira vez a Cidade elegia seu Prefeito pelo voto direto. Mobilização e organização popular vão possibilitar a discussão de um programa de governo para o futuro prefeito nas ruas e nas praças. O resultado dessa conjuntura política será um processo inédito de aliança no qual as propostas de educação do movimento popular são discutidas, acolhidas e implementadas pela Secretaria Municipal de Educação. Este parto precisa ser entendido,

pois, dele nascerá a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler. A parteira será o Comitê Nacionalista.

Com os Comitês Nacionalistas (1960), o jornalista Djalma Maranhão, candidato a prefeito, ultrapassa a mobilização e alcança a etapa da organização popular. O que é um Comitê Nacionalista ? É o agrupamento de homens e mulheres, em número variável, desburocratizado, que recebe, em uma casa comum de qualquer rua, o candidato Djalma Maranhão e/ou seus colaboradores e com eles discutem os problemas da rua, do bairro e da cidade. Na maioria das vezes esses problemas são vistos também pela ótica nacional e mesmo internacional – o que revela já uma prática de exercício político de contribuição marxista de análise de realidade e de percepção de totalidade. Essas discussões levam à necessidade de organização de núcleos políticos dispostos a estudar, trabalhar e reivindicar em função de ganhar a eleição de 3 de outubro. Numa população de 154.276 habitantes, 240 desses Comitês foram organizados em Natal. Janilson Dias de Oliveira (1993) relata os trabalhos de um Comitê vivenciados por ele. Numa fase mais avançada de organização, cria-se um calendário de convenções dos Comitês por bairros quando são discutidas e aprovadas as listagens de problemas-soluções, devidamente priorizadas. Finalmente, nos dias 6 e 7 de setembro de 1960, na sede do Alecrim Clube, com a participação de mais de 200 Comitês, além dos delegados do interior do Estado, foi realizada a I Convenção Estadual do Movimento Nacionalista (GERMANO, 1982). O temário do encontro dá idéia da abrangência das discussões quando foram homologadas as candidaturas de Lott-Jango-Aluizio-Walfredo-Maranhão-Gonzaga (GERMANO, op. cit). Um grupo de trabalho, na oportunidade, consolidou todas as listas de propostas aprovadas nas convenções de bairros dos Comitês Nacionalistas, estabelecendo suas prioridades. Desta consolidação emergiu a educação e a cultura como a meta número 1 e a prioridade foi definida como a erradicação do analfabetismo. Esta decisão não caía do céu por descuido e sim era o resultado das análises das demandas populares. Nascia, assim, o programa administrativo do próximo prefeito de Natal. Caberia a Djalma Maranhão, se eleito, executá-lo, a partir da posse de 5 de novembro de 1960.

Então, começou uma longa jornada de organização na Secretaria Municipal de Educação para a qual eu fui designado. Criou-se um Grupo de Trabalho de Educação Popular (GTEP) integrado por professores e estudantes universitários, inclusive o presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes) e o presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia. Este grupo mantinha permanente contato com os Comitês Nacionalistas que continuavam em funcionamento.

Na Diretoria de Ensino, Omar Pimenta, com grande dedicação, articulava e multiplicava as chamadas **Escolinhas** (locais cedidos gratuitamente à Prefeitura que lá instalava uma classe de alfabetização), projeto criado na primeira administração do Prefeito Djalma Maranhão (1956-59).

Sem contar com um magistério qualificado, dada a sua inexistência, a prioridade da SME foi a preparação de um professorado leigo através de um primeiro curso que reuniu mais de 200 participantes, ainda em 1960-61. Aí vai surgir a figura excepcional de Margarida de Jesus Cortez que organiza a Coordenação Técnico-Pedagógica da SME com grande competência e passa a integrar e oferecer subsídios ao Grupo de Trabalho de Educação Popular. De março a junho de 1961 desenvolve-se o I Seminário de Estudos dos Problemas de Educação e Cultura do Município de Natal, envolvendo os intelectuais tradicionais da Cidade e procurando mobilizá-los para a luta de erradicação do analfabetismo.

Ao lado do entusiasmo e do otimismo do início do Governo de Djalma Maranhão, havia na SME, dos meses de novembro de 1960 a janeiro de 1961, uma nuvem de angústia. É que estavam nas mãos do Prefeito e nas nossas a responsabilidade de executar um programa para o qual o município não tinha recursos financeiros. Sabíamos o que fazer, mas não o como fazer. Trabalhávamos muito, mas a sensação era de darmos murros numa grande almofada: a marca do punho ficava impressa, mas o algodão se esgarçava para as bordas. Ou que carregávamos água em peneira.

Aí, eu fui convocado pelo Comitê Nacionalista das Rocas, presidido pelo Presbítero José Fernandes Machado, funcionário do Departamento dos Correios e Telégrafos. O convite tinha como finalidade uma reunião para discutir, justamente, a erradicação do analfabetismo naquele bairro. Era no início do mês de fevereiro de 1961, numa tarde de sábado, nas dependências do Grupo Escolar, então dirigido pelo professor Acrísio Freire. Levei para a reunião dois dados: a estatística do crescimento das **Escolinhas** nas Rocas e a notícia de que não havia dinheiro para construir a tão sonhada rede de escolas municipais. Longa foi a discussão e sincera a cobrança de compromissos de campanha. Ouvi atentamente como era minha obrigação e participei dos debates sobre as alternativas levantadas. Lá para as tantas, um participante pede a palavra e propõe: se não pode construir as escolas de alvenaria, faça escolas cobertas com palha de coqueiro, mas faça a escola (GÓES, 1980). De todas as discussões políticas de que participei na minha vida – e não foram poucas – esta foi um momento inesquecível pela criatividade da proposta e novas sugestões de desdobramentos. No final, na melhor tradição democrática, a proposta foi votada e aprovada pelo Comitê Nacionalista das Rocas. No mesmo dia levei a decisão ao Prefeito. Ele aprovou a idéia. E, dois dias depois, com os marceneiros da Prefeitura, José Ribamar à frente, e a ajuda dos pescadores do Canto do Mangue, começou a ser erguido o primeiro **Acampamento Escolar**. Ainda no mesmo mês de fevereiro de 1961, de microfone em punho, acompanhado do Grupo de Trabalho de Educação Popular da SME, caminhando pelas areias das Rocas, Djalma Maranhão convocava a todos para a matrícula na escola. Estava nas ruas a luta pela erradicação do analfabetismo em Natal que, pouco depois, veio se chamar Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler.

Hoje, vejo que foi um salto no escuro – e nós nem sabíamos da altura e da profundidade dele. Ousadia pura. O entusiasmo, o otimismo, a solidariedade aos pobres, a criatividade, a confiança no futuro, a generosidade, a doação de todos – estas, as alavancas que nos moveram. De minhas conversas com Djalma Maranhão, à época, guardo a lembrança de uma grande preocupação comum: a urgência do exercício de uma avaliação crítica permanente para cimentarmos a aliança da proposta do movimento popular (Comitês Nacionalistas) com os princípios básicos de uma educação acadêmica (Secretaria Municipal de Educação). Daí a preocupação em equilibrar quantidade e qualidade e ganhar a credibilidade da opinião pública da Cidade. Da Coordenação Técnico-Pedagógica para o Centro de Formação de Professores fizemos a travessia mais difícil e a participação de Margarida de Jesus Cortez, novamente, foi essencial. Da mobilização popular para apoio à Campanha cuidou Djalma Maranhão e, diga-se, com grande competência (GÓES, 1980).

Estamos, nesta fala, nos limitando aos aspectos político-educacionais, pois não há tempo para maiores detalhamentos. Mas, ainda neste bloco, não há como esquecer que, politicamente, De Pé no Chão é uma soma de seus acrescentamentos à alfabetização propriamente dita, são: 1) o ensino fundamental até à quarta série, nos Acampamentos; 2) as Praças de Cultura (proposta bebida no MCP); 3) as bibliotecas populares; 4) os círculos de leitura nos Acampamentos; 5) os Círculos de Cultura Paulo Freire; 6) os programas

radiofônicos diários; 7) o teatro; 8) o coral; 9) os jograis; 10) as edições de cartilhas para adultos e de literatura de cordel; 11) a mobilização dos grupos de representação de autos populares, cantos e danças folclóricas – eventos integrados, não necessariamente nesta ordem de hierarquia e cronologia. Aqui muito importante foi a Diretoria de Documentação e Cultura dirigida com grande competência por Mailde Pinto.

Então, tudo se soma: Câmara Cascudo presidindo mesas nacionais de discussão do folclore; Newton Navarro dirigindo exposições na Galeria de Arte; Caldas Moreira pesquisando, registrando e mobilizando na periferia da Cidade a existência de grupos folclóricos; a pesquisa educacional desenvolvida por Campos identificando e fazendo o perfil dos analfabetos; a iniciação ao trabalho dos cursos da Campanha De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão; Chico Santeiro ensinando sua arte aos meninos do Acampamento Escolar das Rocas; o Babelô Asa Branca no currículo da recreação infantil do Acampamento Escolar da Conceição; Omar Pimenta tocando a Federação Carnavalesca e organizando as folias de Momo; nas festas juninas e natalinas: os fandangos, as cheganças, os bambelôs, os pastoris, os congos de calçola e os congos de saiotos; os bois calembas e a Sociedade Ararunas de Danças Antigas, sob a direção da impecável elegância de Mestre Cornélio; os Círculos de Paes e Professores da Campanha indo além da discussão do ensino-aprendizagem para o debate da questão social: lembro que a luz elétrica e a água chegaram ao Bairro Nordeste, à margem da Ponte de Igapó, por mobilização e pressão política do Círculo de Pais e Professores de seu Acampamento Escolar; a educação para a produção com suas hortas e aviários nos Acampamentos e nestes, também a recreação infantil como atividade curricular como porta para o descobrimento da cultura popular; a SME editando um Boletim (mimeografado à álcool porque não havia dinheiro) para documentar o desdobramento do trabalho; o Centro Popular de Cultura de Natal, ligado ao CPC da UNE, sob a liderança de Hélio Vasconcelos, somando-se aos debates políticos junto aos sindicatos dos trabalhadores; a UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), através de seu Reitor Onofre Lopes, celebrando convênios com a Prefeitura para a prestação de serviços de medicina, odontologia e farmácia nos Acampamentos Escolares; a interiorização da Campanha, a partir de 1963, na prestação de assistência técnica a 17 prefeituras do interior do Rio Grande do Norte, sob a competente coordenação de Josemá Azevedo; semanalmente, o Prefeito Djalma Maranhão, através do rádio, prestando contas ao povo, num testemunho de sua administração transparente – tudo se soma politicamente em De Pé no Chão que lidera uma ampla política de educação e cultura em Natal.

No ensino médio, a SME implementava as programações de uma Escola Técnica de Comércio, de um Ginásio Municipal, este sob as esclarecidas direções de Geniberto Campos e Conceição de Góes e de um Centro de Formação de Professores, dirigido por Margarida de Jesus Cortez, articulado este CFP em três ciclos: Cursos de Emergência, Ginásio Normal e Colégio Pedagógico.

Três projetos importantes ficaram definidos mas não chegaram a ser implantados, abortados que foram pelo Golpe de Estado de 1964: 1) quatro Casas de Parto para prestação de assistência materno-infantil (as estruturas pré-fabricadas já se encontravam em Natal e pagas); 2) a Cooperativa da Campanha de Pé no Chão também se Aprende uma Profissão que se propunha a vender a produção dos alunos e viabilizar essa modalidade de ensino como atividade auto-sustentável; 3) a fundação da Frente de Educação Popular do Rio Grande do Norte com 40 prefeitos que tinham assinado convênios com a Prefeitura de Natal, em março de 1964.

E para não dizerem que não falei de números, aí vão as estatísticas mais gerais: 1) de novembro de 1960 a abril de 1964 a educação pública municipal de Natal tem uma matrícula acumulada de mais de 40.000 (quarenta mil) alunos; 2) seu magistério se constituiu de 500 (quinhentos) professores leigos, qualificados em cursos de emergência do Centro de Formação de Professores; 3) seu quadro de supervisores é de 32 (trinta e dois) profissionais formados em Escola Normal e Faculdade de Filosofia; 4) o custo-aluno anual é de menos de dois dólares (GÓES, 1980).

Aqui, acho oportuno outro corte para dizer que nem só de documentos escritos e passados em cartório se faz a História. Às vezes, o testemunho pessoal prestado em forma de depoimento estabelece as pontes explicativas que ajudam a compreensão das coisas. Retomo a transição dos anos 50-60 com os olhos que viram os eventos e os processos. Expressivas foram as mudanças de mentalidade que então ocorreram no curso da história brasileira e, particularmente, nordestina.

Na passagem da década de 50 para a de 60, no Nordeste, criam-se conjunturas políticas inovadoras que possibilitam convergências de propostas de cristãos e de comunistas em torno da questão da educação, à sombra das lideranças emergentes de Antônio Baltar e Miguel Arraes, no Recife, e de Djalma Maranhão e Luís Maranhão Filho, em Natal. O MCP e a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler são construções desse novo tempo histórico. Em nível nacional, em 1960, a JUC (Juventude Universitária Católica) celebra seu décimo aniversário num congresso em Belo Horizonte e recomenda a formação do chamado *Grupão*, que, na UNE, promoveria a aliança de católicos e comunistas.

Pessoalmente, eu fui uma das testemunhas dessas transformações. Tive a sorte de, na primeira metade dos anos 50, vindo de Natal, cursar a Faculdade de Direito do Recife. Aliás, devo dizer que o mesmo caminho, na mesma data, foi percorrido por Paulo Rosas – e foi assim que nossa amizade construída no Grêmio Henrique Castriciano, em Natal, foi transferida para os corredores da Casa de Tobias e permanece até hoje com mais de 50 anos de convivência. Juntos, fizemos política estudantil no MRI (Movimento Renovador Independente), partido de âmbito da Faculdade de Direito criado por Fernando Coelho, Marcos Freire, Aécio Aquino, Mair Cavalcanti e tantos outros jovens que já demonstravam inconformismo com a injustiça social e as práticas políticas arcaicas do Brasil. Com todos eles consolidei uma sólida amizade. Enquanto Paulo Rosas criava raízes no Recife, eu voltava para Natal, em 1955, e continuei a ser um dos mais próximos colaboradores de Djalma Maranhão, função que exerci por 12 anos, no jornalismo, na política partidária e, por duas vezes, na administração da Prefeitura. Avaliando minha vida me vejo como um instrumento de vaso-cunicante entre os movimentos de educação popular do Recife e de Natal. E foi assim que conheci Paulo Freire, através de Paulo Rosas, no MCP, em 1961 ou 62. Nesse encontro fui despertado para a importância da educação de adultos e o que ela representaria na inclusão de milhares de eleitores, alfabetizados e conscientizados, já no próximo pleito eleitoral, mudando a correlação de forças num espaço político historicamente dominado pelas oligarquias nordestinas. Paulo Freire foi a Natal, conheceu De Pé no Chão e participou da programação de uma Praça de Cultura.

Nas férias escolares de 1962-63, convidado, Paulo Freire ministrou um curso de alfabetização de adultos para as lideranças da Campanha, em Natal. Sua equipe do SEC (Serviço de Extensão Cultural) da Universidade do Recife (lembro da presença de Luís Costa Lima), por uma semana, discutiu a proposta de alfabetização em 40 horas.

Qualificados esses “animadores”, imediatamente, foram organizados os primeiros Círculos de Cultura de De Pé no Chão: dois nas Rocas, dois em Nova Descoberta e um no Carrasco, coordenados, principalmente por lideranças de AP (Ação Popular). Voltando-se, agora, com mais impulso, para a educação de adultos, sem deixar de priorizar a alfabetização e o ensino fundamental de crianças em idade escolar, De Pé no Chão, em abril de 1963, vai lançar seu Livro de Leitura para Adultos, adaptado de igual livro editado pelo MCP. Sobre essas metodologias falaremos mais adiante.

Nesse meio tempo, Paulo Freire que já testara seu Método no Centro de Cultura Dona Olegarinha (Poço da Panela, Recife, 1961) e, posteriormente, no SEC, na CEPLAR (Fundação da Campanha de Educação Popular da Paraíba) e em De Pé no Chão também se Aprende a Ler (Natal), precisava, urgentemente, de uma grande experiência, de um teste final que, nacionalmente, comprovasse a viabilidade e eficácia de seu método. Esta oportunidade lhe foi oferecida pelo Governo do Rio Grande do Norte. Mas, tinha uma condição: essa experiência seria financiada pela Aliança para o Progresso. Aí surgia a *pedra no meio do caminho*, como diria Drummond. No tabuleiro da Guerra Fria, a Aliança para o Progresso era um *Cavalo de Tróia* na política da América Latina contra a Revolução Cubana. No Brasil ela trazia a proposta de fortalecer as “ilhas de sanidade” dos governos anticomunistas, como Lacerda na Guanabara e era hostil aos governos progressistas como os de Jango, Arraes e Maranhão.

Diante dessa nova conjuntura eu senti a obrigação de abrir uma discussão profunda com Paulo Freire – não sobre educação propriamente dita, mas, sobre a reordenação das forças políticas brasileiras que já dividiam o país e prognosticavam abrir uma crise de vulto como, mais tarde, viria a aprender em Gramsci.

Acompanhado de Geniberto Campos e Josemá Azevedo, importantes lideranças de De Pé no Chão e de AP, por dois dias seguidos, no Recife, com a equipe do SEC, discuti com Paulo Freire a questão política. Nessas 48 horas criamos nossos refrãos de debates, repetindo-os:

- Recebo o dinheiro do gringo e combato o gringo; vou quebrar a castanha do imperialismo – dizia Paulo.

Respondia eu: - Está na Bíblia: Jonas foi cuspidado na praia ao terceiro dia. Como você pensa em entrar na baleia do imperialismo e de dentro dela, dirigi-la ? Você vai ser cuspidado como Jonas !

Saí das reuniões com uma sensação de empate – o que, mais tarde, mais ou menos se materializou: o Governo de Aluísio Alves (e não Paulo Freire) receberia o dinheiro da Aliança e através do Secretário de Educação Calazans Fernandes financiaria o teste das 40 horas.

Angicos foi uma vitória: demonstrou, numa experiência ampla, a viabilidade e eficácia do Método, testemunhada pelo Presidente da República, em 1963. A base política dos *animadores culturais* de Angicos, liderados por Marcos Guerra, fora a JUC que não aderira à AP, recusara uma aliança com a Prefeitura de Natal e optara pelo MEB. Isso não impediu de que algumas lideranças desempenhassem um papel de vasos-comunicantes – exemplo: em diversas oportunidades, Geniberto Campos e Laly Carneiro, de AP, participaram de Angicos.

Para o público externo, de modo difuso, estabelecia-se um pequeno divisor de águas, mas internamente havia uma nítida divisão ideológica, à qual não estavam estranhas as fortes e carismáticas lideranças de Djalma Maranhão e Dom Eugênio Sales. Aliás o Arcebispo de Natal, nos anos 60, fez sua solitária caminhada por dentro da Igreja com suas

próprias obras sociais como a Rádio de Educação Rural, a JUC, o MEB, a sindicalização rural etc – desconhecendo, solenemente, a Campanha De Pé no Chão, os Círculos de Cultura de Paulo Freire, o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, de Natal, e recusando-se a receber o dinheiro da Aliança para o Progresso que lhe foi oferecido (GÓES, 1999).

Em De Pé no Chão os Círculos de Cultura continuaram funcionando, prestigiados, então, pela administração do Ministro Paulo de Tarso à frente do MEC que contava com o apoio da AP. Em abril de 1964, o Golpe de Estado jogou na mesma prisão o líder de Angicos, o universitário Marcos Guerra, e os dirigentes da Campanha De Pé no Chão, a começar pelo Prefeito Djalma Maranhão.

Outra testemunha ocular da História é Paulo Rosas, um dos fundadores do MCP que, apresentando a primeira obra de Paulo Freire *Educação e Atualidade Brasileira* (tese de concurso para a cadeira de “História e Filosofia da Educação” na Escola de Belas-Artes de Pernambuco – 1959 – só em 2001 comercialmente editada), diz no texto:

*De 1960 a 1964, Recife pode ser considerado como um laboratório, onde se desenvolveu um experimento único (...). O fato é que a cidade, naquele período, FOI um laboratório. Claro, o experimento não poderia se encaixar nos cânones positivistas. Nem se precisaria disto. Seguiu ENQUANTO EXPERIMENTO, sem planejamento ortodoxo. Sem definição de objetivos nem de hipóteses. Sem deliberada construção de instrumentos. Sem caracterização de amostra, sem sorteio aleatório, nem controle de variáveis... As mudanças foram acontecendo.*

Estas palavras sobre o Recife poderiam ser ditas, com todas as letras, para Natal. Afinal, é próprio de um movimento popular ser um mínimo de institucionalização e um máximo de criatividade. Neste “laboratório” nordestino, De Pé no Chão cumpriu um périplo que vai do messianismo pedagógico com viés do nacionalismo isebiano (1961-62) até a aposta no “entrelaçamento dialético entre cultura popular e libertação nacional – socialismo e luta antiimperialista”(I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, Recife, 1963). Willington Germano, na obra referida, já havia identificado mudanças de formulações ideológicas entre 1961 e 63 em De Pé no Chão e apontara com precisão a causa delas: a participação de AP (Ação Popular) na SME em postos de decisão.

## **2. 1. – METODOLOGIAS E IDEOLOGIAS NO MCP E EM DE PÉ NO CHÃO.**

A Educação Popular adota, principalmente, duas ferramentas de trabalho: o Método Paulo Freire e sua função conscientizadora e a cartilha de alfabetização e sua função politizadora. Ambos remetendo à educação de adultos.

No primeiro, o Método Paulo Freire, o *slide* é utilizado como forma audiovisual: através da imagem e da palavra do animador cultural (o professor) se abre a discussão da pedagogia da pergunta, no Círculo de Cultura. Antes de qualquer fonema alfabetizador são feitas duas leituras do mundo: *o mundo da natureza e o mundo da cultura*. Esse é o tempo de discussão de mais ou menos dez *slides* quando o alfabetizando se descobre um criador da cultura e se revela um sujeito de sua História. A partir daí lhe é apresentada uma palavra pesquisada em seu universo vocabular, identificados fonemas que serão recriados em outras palavras e a discussão político-pedagógica se faz. Em condições normais de temperatura e pressão, em 40 horas, o homem estará alfabetizado e armado de um pensamento crítico.

A segunda metodologia, a da cartilha politizadora, nasce do esforço de fazer sintonizar a Educação Popular brasileira com a Revolução Cubana que, no momento, empreendia a sua libertação do analfabetismo, erradicando-o da Ilha. Esta proposta surge, também, no MCP e se expressa através do seu *Livro de Leitura para Adultos*, popularmente identificado como cartilha, de autoria de Josina Maria Lopes Godoy e Norma Porto Carreiro Coelho. Anísio Teixeira vai dizer em uma entrevista que este texto é *o melhor que até agora foi conhecido no Brasil*. Ele tem como possível inspiração a cartilha de alfabetização da Revolução Cubana, adaptando-o às condições do Recife. Por sua vez a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler adaptou-o às condições de Natal, em texto recriado pela SME sob a coordenação de Maria Diva da Salette Lucena.

Aqui neste capítulo cabe uma reflexão sobre as contradições políticas vividas no período. A Educação Popular é uma proposta que se expressa na linha anti-hegemônica dos padrões educacionais e culturais então vigentes, adotados há séculos por uma sociedade conservadora. Assim, o embate ideológico é inevitável. Se a Educação Popular estimulava grandes esperanças nas chamadas “forças progressistas”, na mesma intensidade despertava, a princípio desconfianças, e, depois, ódio das correntes reacionárias e de direita. O método conscientizador e a cartilha politizadora aplicados na educação de adultos conviveram com o amor e o ódio. Assim, as dificuldades não estavam somente na precariedade material e na falta de meios financeiros – a aceitação ou não da proposta no seio da sociedade era uma conquista que se impunha cotidianamente. Afinal, o novo incomoda uns e traz incertezas a outros.

Revelador é o diálogo do General Castelo Branco, então, a maior autoridade militar no Nordeste, com o Secretário de Educação do Rio Grande do Norte, no dia 2 de abril de 1963, quando do encerramento da experiência de Angicos, presidida por Jango. Carlos Lyra, um das lideranças de Angicos, testemunha ocular de história, conta em seu livro:

*Terminada a solenidade, no calor de quarenta graus, o General Castelo Branco, dirigindo-se sozinho para o carro, chamou o secretário Calazans Fernandes (ao meu lado) e, em tom afável, como quem está dando um conselho diz:*

- *Meu jovem, você não acha que está engordando cascavéis neste sertão ?*
- *Calazans, não sentindo nenhuma atitude de interpelação, responde:*
- *General, depende do calcanhar que elas mordam.*

A tensão ideológica também existia intramuros. A inédita aliança de cristãos e marxistas – no MCP, em De Pé no Chão e no CPC – exigia um aprendizado *por mares nunca de antes navegados*, como diria Camões. O que fazer era comum (educação e cultura popular) quem vai fazer eram agentes diferenciados que mantinham sua própria identidade (marxistas e cristãos). A prática vai revelar que até na opção pela metodologia se desvelava o campo ideológico: os cristãos preferiam trabalhar com o Método Paulo Freire (exemplo: AP) e os marxistas com a cartilha (exemplo: PCB). Esta natural tensão foi trabalhada inteligentemente pelas lideranças e a unidade entre as duas correntes políticas foi preservada e mantida. Mesmo quando do PNA (Plano Nacional de Alfabetização) do MEC, em 1963, que optou pela utilização do Método Paulo Freire, nenhum “racha” político ocorreu na área da educação e da cultura popular nem nas instituições que então atuavam.

Na volta do exílio, um dos sonhos de Paulo Freire era reunir os amigos e colaboradores dos primeiros tempos do Recife e, sem pauta e sem limitação de tempo, gravar lembranças e estimular conversas. A morte levou-o antes que esse encontro de idéias e afetos fosse realizado. Paulo e Argentina Rosas, em agosto de 2001, cumpriram o desejo

do amigo e, com Maria Nayde dos Santos Lima, publicaram os textos plurais desse colóquio (*Quando as idéias e os afetos se cruzam*).<sup>298</sup> O depoimento de Germano Coelho, um dos fundadores do MCP, é elucidativo sobre as tensões ideológicas dentro do grupo católico. Diz ele:

*Em tempo em que o discurso do anticomunismo prevalecia na classe média, o pluralismo de idéias dominante no Movimento de Cultura Popular era visto pelo menos com desconfiança principalmente entre católicos conservadores, que “acusavam” os católicos que atuavam no MCP de serem “inocentes úteis” ou comunistas não declarados. As conseqüências dessa desconfiança ultrapassavam os limites da Igreja ou das Igrejas. Alcançavam conservadores de todos os matizes, inclusive os militares que consideram o MCP pernicioso e subversivo”.*

Mais adiante Germano Coelho conta que, com outras lideranças do MCP, esteve várias vezes com Dom Carlos Coelho, *homem de mente aberta que, então, assumira a Arcebispo de Olinda e Recife*, a quem levava o Estatuto e outros documentos relativos à entidade. Dom Carlos *pediu alguns dias para ler os papéis que lhe entregara e pensar. Não se registrou restrição oficial por parte da Igreja Católica*, concluiu o principal ideólogo do MCP.

No Recife haviam chegados os tempos do diálogo, frutos do Concílio Vaticano II. Na Igreja de Natal, todavia, ainda prevalecia o velho tempo do anátema (Garaudy). De Pé no Chão recebeu da Arquidiocese de Natal, simplesmente, o veto.

Outra grande batalha foi travada extramuros. No campo político-socio-cultural, a direita armou-se, material e intelectualmente, para destruir a Educação Popular e todas as formas de pressões econômicas e políticas foram utilizadas nesta nova *Delenda Cartago!* Caberia até uma pesquisa sobre a questão. Neste contexto lavrou o anticomunismo, uma indústria que sempre prosperou no Brasil. Neste caldo de cultura, um dos teóricos do futuro Golpe de Estado de 1964, o General Antônio Carlos da Silva Muricy, foi o exorcista que expulsava os demônios do MCP com sua bandeira de denúncia de um guerra revolucionária, já.

O brasilianista Kenneth P. Serbin, pesquisador dos arquivos do General Muricy, em seu livro *Diálogos na Sombra*, revela o pensamento e a ação desencadeada pelo militar no Recife contra o MCP. Diz o historiador:

*Advertia (Muricy) seus amigos católicos, que estavam passando da discussão teórica para a ação política, para que tomassem cuidado quanto a uma aliança com os comunistas. Em encontros privados, aconselhou Freire (Paulo) e Germano de Vasconcellos Coelho a manterem os católicos no controle do Movimento de Cultura Popular no Recife, onde os comunistas estavam cada vez mais ativos no programa. Muricy declarou que é conveniente e necessário reexaminar a questão dos movimentos de educação popular, no Nordeste e no Brasil, dirigidos pela Igreja ou por leigos, evitando que estes últimos caíam em mãos de comunistas. Em outra oportunidade, Muricy recorda-se:*

---

<sup>298</sup> *Quando as idéias e os afetos se cruzam* é obra organizada por Maria Nayde dos Santos Lima e Argentina Rosas. Participei, apenas, na estimulação de um debate, incluído no livro: *Colóquio entre amigos*. A intenção de Paulo Freire era o que foi feito, registrando-se uma diferença maior: Freire pretendia que conversássemos sobre a passagem dos anos 50 para os 60. *Colóquio entre amigos* é uma conversa centrada em Paulo Freire. (Nota de Paulo Rosas).

- *Tive várias discussões com o Paulo Freire nessa ocasião. Não sei até onde ele é comunista, mas que ele é de esquerda e meio comuna, é”.*

Se Paulo Freire recebeu esse “benefício da dúvida”, o mesmo não aconteceu com o Padre Almerly Bezerra, que exercia grande liderança na juventude. Diz Muricy, no livro de Serbin (entrevista de 1981):

*Hoje, os progressistas são “pinto” perto do padre Almerly. Fomos (com a mulher dona Virgínia) procurar o padre Almerly, na Igreja do Espinheiro. Tivemos uma conversa longa com o padre Almerly. Ele procurou se justificar, mas eu senti que ele nunca deixaria de ser uma linha auxiliar do comunismo.*

Assim, na contraluz, Muricy confirma a avaliação de Germano Coelho ao descrever as tensões intra-e-extra muros dos católicos do Recife.

## **2. 2. – DESCOBERTAS, HOJE.**

Gosto de citar o Padre Teillard de Chardim quando ele diz o que o homem é um ser inconcluso. Ao curso de minha vida tenho sentido a veracidade desse juízo. Também no estudo de De Pé no Chão. Nestes últimos 40 anos é possível que eu tenha me detido várias centenas de vezes para documentar, estudar, escrever, falar, discutir, ouvir, publicar e difundir a Campanha. O assunto para mim é tão mastigado na memória que só recorro às fontes bibliográficas quando se trata de produzir um documento que requeira técnicas acadêmicas – como a presente fala. Pois bem, vez por outra, ainda estou (re)descobrendo um ângulo novo pelo qual é possível lançar mais luz sobre determinada especificidade de De Pé no Chão. Relato dois momentos que parecem muito curiosos.

O primeiro diz respeito à Associação de Educadores Latino-Americanos e do Caribe quando integrei seu Conselho Consultivo, no Brasil. Foi decidido, por volta de 1994, que deveríamos preparar para publicação textos sobre a alfabetização de adultos. Lancei-me à tarefa e fiz um estudo comparado de três cartilhas: a da Revolução Cubana, a do MCP do Recife e a de De Pé no Chão em Natal. Chamei o estudo de *Cuba-Recife-Natal: ou o sonho de três cartilhas de alfabetização para mudar o mundo*. O resultado dessa minha pesquisa é uma comprovação da atualidade de nossos textos pedagógicos. Há uma grande afinidade de objetivos e de visão de mundo. E eu fiquei a refletir que nós, no Recife e em Natal, seguíamos o caminho certo para a erradicação de analfabetismo pois estávamos afinados com a única experiência que deu certo para superação do analfabetismo nas Américas, até hoje. A diferença é que na Ilha ocorria o processo de uma Revolução Socialista e, no Nordeste brasileiro, nosso horizonte foi um golpe de estado de direita. (*Itabira é uma fotografia na parede / Mas como dói* - já dizia Drummond).

O segundo momento se deu quando fui convocado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ para os estudos comemorativos ao centenário de Anísio Teixeira. Lancei-me, então, a uma releitura dirigida de Mestre Anísio, antes e depois de 1964, cotejando seu pensamento com a prática das formulações educacionais da administração do Prefeito Djalma Maranhão. Incríveis foram minhas descobertas: o essencial das propostas de Dr. Anísio lá estavam concretizadas nas dimensões próprias de De Pé no Chão. Ao seminário *Um Olhar para o Mundo. Contemporaneidade de Anísio Teixeira* (UFRJ, 1999) levei meu texto *Do Pensamento de Anísio Teixeira à Prática de De Pé no Chão também se Aprende a Ler*. Evidentemente que não dá para reproduzir o texto aqui, afinal a paciência de vocês tem limites. Mas, em linhas gerais, impossível não falar das posturas coincidentes de teoria e prática, a saber: 1) a identificação na gestão pública da

escola (nos anos 60, De Pé no Chão é o único movimento de Educação Popular que flui através de uma secretaria de estado); 2) a construção da escola democrática na qual a educação não é um privilégio; 3) o papel dos professores; 4) a educação para o trabalho; 5) a escola recriada em cada cultura; 6) a municipalização; 7) a função do intelectual, etc. Em 1966, na III Conferência Nacional de Educação, na Bahia, falando de seu Centro Educacional Carneiro Ribeiro, diz Dr. Anísio: *Tudo isso se fez com a prata de casa. Não houve para essa experiência nem auxílio nem assistência técnica estrangeira de qualquer natureza.* Até parece que está mandando um recado para os Acordos MEC-USAID, como já ocorrera com Djalma Maranhão, em 1963, quando, para denunciar a ingerência indébita da Aliança para o Progresso no sistema de educação do Rio Grande do Norte, explicitava o Prefeito que na rede municipal de educação de Natal, *a escola brasileira era construída com dinheiro brasileiro.*

Estes dois momentos aqui relatados enfatizam a idéia de que sempre se pode encontrar um ângulo novo para estudar De Pé no Chão – ou a recriação da escola como sonhava Anísio Teixeira.

### **2. 3. – HERANÇAS DE DE PÉ NO CHÃO.**

A Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, vista numa perspectiva histórica de 40 anos, venceu quatro desafios comuns à escola brasileira:

1. Não confundiu escola com prédio escolar;
2. Qualificou seus próprios recursos humanos e municipalizou o ensino normal de formação de professores;
3. Produziu seus próprios textos educativos, face à alienação das cartilhas então existentes no mercado;
4. A sala de aula não foi largada à própria sorte: o acompanhamento técnico-pedagógico se fez na proporção de um supervisor para vinte professores.

Acrescento uma pequena explicitação sobre esses quatro itens, sem esquecer as palavras de Djalma Maranhão que alertava que a proposta de De Pé no Chão é adequada a uma sociedade pré-industrial.

Primeiro: ao aceitar o desafio da escola de palha, De Pé no Chão terminou chamando a atenção para a questão da recriação da escola. Hoje temos nossos prédios escolares todos de alvenaria. Mas, eu pergunto: nesta rede todos são verdadeiras escolas? Cada sala de aula está respondendo às perguntas clássicas: o que fazer? como fazer? quem faz? para quem faz? Esta é uma questão, uma vez que, na sua pobreza franciscana, De Pé no Chão sabia responder essas perguntas, mesmo sem ser dotada de um prédio de alvenaria.

Segundo: quem faz a educação deve estar ciente, criticamente, da proposta que desenvolve. Este saber é indispensável à criação de outros saberes e bússola para a transmissão do conhecimento. A formação poderá ser de PHDs ou de leigos, conforme o poder econômico da gestão da educação. Cada um sabe o arco da perna que tem nas passadas que precisa dar. Todavia, a preparação de quadros dotados de criticidade é tarefa prioritária para o êxito da proposta. Para a escola fundamental continuamos a defender a municipalização do ensino normal de formação dos professores. Sem perder o horizonte da universalização do conhecimento, a escola precisa ser recriada pela cultura local, principalmente agora com a globalização.

Terceiro: a questão de participar, pelo menos de uma parte, da produção do material pedagógico foi uma lição quase tardia que aprendemos. De Pé no Chão já havia resolvido os problemas do espaço físico e da qualidade do professor que colocava em sala de aula e ainda adotava cartilhas alienadas como bem demonstra o filme do MEC sobre a Campanha. Foi preciso uma discussão de uma reunião de um Círculo de Paes e Professores para nos abrir os olhos. Sobre o assunto recebemos também grande contribuição de Paulo Freire e de AP. Aqui, caminhando fizemos o caminho, segundo Marti.

Quarto: jogar um professor em sala de aula e deixa-lo à própria sorte é um crime. Principalmente se esse profissional for inexperiente, em início de carreira. O supervisor, o orientador, o coordenador (seja qual nome tenha na estrutura escolar) é escolhido por ser mais habilitado e ter maior vivência de sala de aula, assim, ele poderá assegurar mais êxito à política educacional. Em De Pé no Chão este acompanhamento se fazia na proporção de um supervisor para vinte profissionais que estavam dentro de sala de aula. O treinamento desses quadros de coordenadores era feito em serviço através de reuniões semanais e o cuidado era estimulá-los a saber ouvir, ver, conversar, demonstrar – a aprender, também. Aqui, a relação pessoal é de competência profissional e solidariedade humana e não a de fazer de um saber uma dominação de poder.

Estes quatro temas ainda estão presentes na questão da educação brasileira, hoje, apesar de nossa História atual já ser bem diferente da dos tempos de De Pé no Chão. Acabou a Guerra Fria, alguns, como Antônio Negri e Michael Hardt acham que já acabou o imperialismo e que a globalização nos engoliu para dentro do Império – que não tem fronteiras, mas tem a grande capacidade para multiplicar os excluídos, isto é, aqueles de que cuidava De Pé no Chão. Mudaram os tempos, mas as quatro esfinges ainda estão aí.

## **2. - 4. – DE PÉ NO CHÃO NO TIMOR LESTE.**

Concluindo este capítulo, tenho uma boa nova para contar. Informo às companheiras e companheiros da educação que o Grupo de Trabalho que está hoje em Timor Leste, (re)construindo o sistema de educação daquele bravo povo, elegeu De Pé no Chão como a melhor experiência cultural para se adequar à realidade de pobreza e devastação de guerra daquele país. Há quatro meses, através da professora Beatriz Heredia, da UFRJ, fui procurado por representante desse grupo de brasileiros que há seguiu para o Timor Leste e tive a oportunidade de oferecer a bibliografia possível para embasar os trabalhos educativos que lá estão sendo desenvolvidos, passando, evidentemente, pelo crivo da realidade local, uma vez que todos estão cientes que modelo de educação não se exporta.

Nesta oportunidade não posso deixar de registrar uma visão profética de Djalma Maranhão quando, aos escrever, no exílio, seu texto sobre a Campanha De Pé no Chão, editado pela Prefeitura de Natal, em 1999, dizia:

*Da mesma maneira que um exército na guerra clássica não pode adotar técnica guerrilheira, nosso método não serve para países adiantados, para nações que alcançaram a etapa superior da industrialização. “De Pé no Chão também se Aprende a Ler” é uma experiência válida para as áreas do mundo subdesenvolvido. “Pé no Chão” – para usar uma expressão em moda – foi uma guerrilha de alfabetização e cultura contra o poderoso Império da Ignorância.*

Esta concepção político-educacional do Prefeito Djalma Maranhão está a se confirmar, agora, nas lutas de reconstrução do Timor Leste e é bom saber que a proposta

educacional da Cidade do Natal não foi destruída pelo Golpe de 1964, pois, 40 anos depois, ela ressurgiu num estado do Oriente de língua portuguesa. Sem triunfalismo, mas confortado pela História, compartilho essa notícia com todos.

### **3. - Sobrevivências do Discurso da Educação Popular.**

Depois de situar e datar a Educação Popular e o papel de Paulo Freire, é chegada a hora de refletir como esse discurso sobrevive ao Golpe de Estado de 1964. Então vamos tratar da questão da palavra – afinal, *no princípio era o verbo*, como rezam os cristãos.

Acredito que a primeira ponte tenha sido a AP – Ação Popular – uma organização de cristãos que optaram pelo socialismo, a partir da JUC (Juventude Universitária Católica), e da UNE, em 1962, e que sobreviveu na clandestinidade ao Golpe de Estado de 1964, ela, a AP, assumindo, cada vez mais, políticas radicais de opções marxistas (Rosas, 2000). A segunda ponte acredito ter sido o PCB (Partido Comunista Brasileiro) que, também na clandestinidade, optou pela mobilização/organização popular e política para derrotar a ditadura. Não aceitando, naquele momento, a luta armada, após estudo da correlação de forças em confronto, o PCB vai fazer da palavra a arma de sua luta. Assim, a educação política, ensinada na escola da vida, dá continuidade ao discurso da Educação Popular.

O Golpe de 64 violentou a concepção de educação que então era estimulada no Brasil: enquanto no PNA o Estado estimulava a participação de educadores e educandos no processo com a filosofia de Freire, os acordos MEC-USAID (1964-68), dentro do modelo da Guerra Fria, transferiram para os Estados Unidos o pensar e as propostas do fazer da educação brasileira. A sociedade não entendeu nem aceitou isso e estudantes e professores reagiram na resistência. Foi quando, para enganar e compensar, a ditadura criou o MOBRAL.

E aí deu-se um fato insólito do qual eu fui testemunha. Eu conto. Em minhas andanças em fazer palestras e discutir com os professores, lá pelos anos 70, após um debate, em Niterói, promovido pelo Centro Estadual de Professores (CEP-RJ), quando já saía da sala, fui puxado pelo braço por uma professora que me segredou ao ouvido:

- Professor, eu dou aula no MOBRAL, mas, escondido eu aplico o Método Paulo Freire.

Então eu pensei: agora, não só professores e estudantes estão caindo na clandestinidade – é o próprio processo educativo que vai para as catacumbas. Naquele clima de repressão, as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – se converteram em núcleos de resistência à ditadura. Ao aplicarem a metodologia de trabalho do *ver, julgar e agir* elas estavam reproduzindo o velho instrumental da JUC, uma das vertentes da Educação Popular. Foi outro caminho de sobrevivência dessa visão de mundo. O mesmo aconteceu com a Teologia da Libertação, *locus* privilegiado da esperança. Quando a Igreja da América Latina se encontra em Medellín (1968), vai propor a Educação Libertadora que, com seus paradigmas de educação dialógica e crítica, está a reproduzir o discurso de Paulo Freire e sua proposta conscientizadora. Mesmo hoje, quando do pontificado conservador de João Paulo II, a reprimida palavra da Teologia da Libertação ainda ecoa na denúncia e no anúncio de pastorais da Igreja (Pastorais da Criança, da Terra, dos Presídios etc). Quando da exaustão do estado autoritário, a sociedade vai se reorganizando nas Associações de Moradores das cidades, um fórum de aprendizado da cidadania e nos discursos de resistência descobrimos as palavras da Educação Popular. Educativos foram, ainda, os movimentos pela Anistia e pelas Diretas-Já quando esse tecido político foi

trabalhado, também, pelos comunistas nas franjas da clandestinidade, permeando nele sua utopia. A luta pelos Direitos Humanos, em sua função educativa, é uma convergência moderna da visão de mundo da Educação Popular dos anos 60 – assim como os movimentos em defesa da mulher, do negro e das populações indígenas. As greves do ABC paulista, das quais nasceu o PT (Partido dos Trabalhadores), há 21 anos, não caíram do céu por descuido – elas resultaram de uma acumulação de forças da classe operária, de um repensar político, de uma renovação do sindicalismo, de um salto qualitativo do processo educativo, tudo em sintonia por um repensar de mundo onde o autoritarismo já não tinha vez. A democracia política, ao ser reconstruída com a Constituição de 1988, foi edificada, também, pela contribuição da esquerda brasileira – o que vale dizer que deu eco às lutas da Educação Popular do início dos anos 60.

Nesta reconstrução democrática momentos significativos são vividos por Darcy Ribeiro que faz da educação pública o fulcro para uma política maior e por Cristóvão Buarque oferecendo atalhos para a inclusão de excluídos no processo educativo com a Bolsa Escola. E, para chegar aos dias de hoje, quero registrar que o MST – o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – dos camponeses que lutam pela reforma agrária e pela esperança, quando promovem ocupações nos seus assentamentos, logo organizam a escola. Também produzem material didático e lá está a semente do pensamento de Paulo Freire. Tenho tido acesso a alguns desses textos e lá constato que a visão de mundo hoje defendida por eles tem muito a ver com o que pensávamos então. E mais: eles já estão bem mais organizados – graças a Deus.

Esta sobrevivência do discurso da Educação Popular dá-se, também, porque Paulo Freire, no exílio e depois dele, continuou a escrever, criando uma escola, discutindo e aprofundando os postulados de sua proposta educacional. Entramos no Século 21 e os professores continuam a refletir e experimentar a partir de parâmetros que se encontram na obra de Freire. 1964 já é um passado distante mas o presente e o futuro continuarão a fazer descobertas a partir do pensamento do educador pernambucano. Isto é o que vem fazendo, por exemplo, João Francisco de Souza (2001) que, assume, inclusive, o papel de profeta. Diz ele:

*Trata-se de construir e unidade na diversidade, de lutar pelo sonho possível, pela utopia necessária, que implica posicionar-se na perspectiva da concepção de interculturalidade e multiculturalidade (...), pela superação da guetização e do assimilacionismo na interação crítica entre culturas ou traços culturais em presença. Numa palavra, garantir o desenvolvimento e enriquecimento das diferentes culturas e ou traços culturais em presença. No limite, poder-se-á chegar à construção de uma sociedade democrática não apenas representativa, mas participativa. Contribuição que os processos educativos não podem deixar de trazer às dinâmicas sociais se não quiserem perder sua força e sua denominação de educativos.*

#### **4. Conclusão Inconclusa.**

Se o padre Teilhard de Chardin, como já disse antes, ensinou que “o homem é um ser inconcluso”- que dizer da pretensão de querer se tirar conclusão nesta fala ? Aliás, graças a Deus, ela continuará inconclusa: uma prova de que está viva e que há muito chão pela frente para caminhar. Em Educação Popular brasileira, a semente está aqui, no Recife, plantada nos anos 60. A tarefa, daí em diante, é atualizar o discurso ao novo contexto

histórico e tocar pra frente. No Brasil, como aliás em todo mundo, inconclusa está a História, e aí por conseqüência, o processo educativo, a questão social, a democracia sem adjetivos, o acesso aos bens materiais e culturais, a globalização neo-liberal que é o novo nome do velho imperialismo e a da denúncia do homem lobo do homem. Nesta *leitura do mundo* não cabe a teoria do “fim da História” de Fukuyama.

Assim, nesta fala que já vai tão longa, nesta *Canção de setembro* do Recife que celebra a **Reinvenção da Sociedade** sob o olhar de Paulo Freire, a nota maior, me parece, é o compromisso da luta pela justiça. Isso contemplaria muitas partituras aqui tocadas.

A percepção de que a nossa luta está (ou é) inconclusa é que ela continua. Isso lembra um desabafo lúcido de Darcy Ribeiro situando-se como participante desse processo. Diz ele:

*Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não salvei. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas, os fracassos são as minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.*

É saber que está *com a História na mão*, como canta a canção de Vandré, que nos faz felizes, mesmo nas quedas e fracassos.

Por fim, uma última reflexão. Apesar da longa travessia participativa, pré e pós 1964, Darcy Ribeiro foi levado pela morte e não viu o agravamento das contradições históricas de hoje, como por exemplo: a) o 11 de setembro último, quando o Império foi ferido no peito de sua invulnerabilidade; b) a guerra assimétrica entre a nação mais rica e as tribos mais pobres do mundo; c) os Estados Unidos, a pátria dos direitos civis do século 20, ingressarem no século 21 com uma legislação política de tendência fascista; d) a América Latina, entre o temor e a esperança, espia a Argentina a se debater no olho do furacão do neoliberalismo e da globalização.

O terrorismo comanda os dois campos de guerra, numa luta selvagem e ainda não houve tempo para uma efetiva arregimentação de cidadãos para a defesa da paz. A barbárie ronda a civilização e os educadores são chamados a criar novos parâmetros para a educação pela paz.

O mais, como o repouso de guerreiro, quando e onde se recarregam as pilhas da esperança, é misturar *os fonemas da alegria* de Tiago de Melo e transformá-los em sonho e é o sonho que reconstrói a vida, particularmente a vida de uma sala de aula. De outra forma não entenderia o verso de Fernando Pessoa, no poema *Liberdade*:

*Grande é a poesia, a bondade e as danças...  
Mas o melhor do mundo são as crianças,  
Flores, música, o luar, e sol que peca  
Só quando, em vez de criar, seca.*

*O mais do que isto  
É Jesus Cristo,  
Que não sabia nada de finanças  
Nem consta que tivesse biblioteca.*

### **Referências Bibliográficas:**

- ARY, Zaira. *Uma experiência em educação popular*. Centro de Cultura D. Olegarinha. Recife. Mimeog. s/d.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e educação popular*. São Paulo. Ática, 1982.
- BRITTO, Jomard Muniz. *Educação de adultos e unificação da cultura*. Estudos Universitários. Universidade do Recife (4). 1963.
- CARDOSO, Aurenice. *Conscientização e alfabetização: uma visão prática do sistema Paulo Freire*. Estudos Universitários (4) Universidade do Recife. 1963.
- FÁVERO, Osmar. *Cultura popular e educação popular. Memória dos anos 60*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização e alfabetização uma nova visão do processo*. Estudos Universitário (4) Universidade do Recife. 1963.
- . *Educação e Atualidade Brasileira*. Instituto Paulo Freire e Cortez Editora, São Paulo, 2001.
- GARODY, Roger. *Do Anátema ao Diálogo*. Ed. Paz e Terra, Rio, 1969.
- GERMANO, José Willington. *Lendo e Aprendendo – A Campanha De Pé no Chão*. Ed. Autores Associados e Cortez Editora. São Paulo, 1982.
- GODOY, Josina Maria Lopes e COELHO, Norma Porto Carreiro. *Livro de leitura para adultos*. Recife, MCP, 1962.
- GÓES, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler – uma escola democrática (1961-64)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980 (2ª edição Cortez Editora, SP).
- . *Cuba-Recife-Natal: ou o sonho de três cartilhas de alfabetização para mudar o mundo*. Contexto e Educação (39), Universidade de Ijuí (RS), 1995.
- . *Do Pensamento de Anísio Teixeira à prática de De Pé no Chão também se Aprende a Ler*. In Anais de “Um olhar para o mundo. Contemporaneidade de Anísio Teixeira” UFRJ, Rio, 1999.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antônio. *Império*. Ed. Record. Rio, 2001.
- LIMA, Maria Nayde dos Santos e ROSAS, Argentina. *Paulo Freire – quando as idéias e os afetos se cruzam*. Prefeitura do Recife e Ed. Universitária da UFPE, Recife, 2001.
- LYRA, Carlos. *A experiência de Angicos*. Natal, Mimeog. 1963.
- *As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação* . Cortez Editora, São Paulo, 1996.
- MACIEL, Jarbas. *Fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire de educação*. Estudos Universitários (4). Universidade do Recife. 1963.
- MARANHÃO, Djalma. e GÓES, Moacyr de (org). *2 Livros de Djalma Maranhão no exílio*. Prefeitura de Natal, Natal, 1999.
- NATAL (RN). *Livro de Leitura para Adultos*. Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler. Prefeitura de Natal, 1963.
- OLIVEIRA, Janilson Dias. *De Pé no Chão também se Aprende uma Profissão*. Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1993.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*.. Edições Loyola, São Paulo, 1973.
- PESSOA, Fernando. *Obra Poética. Volume Único*. Editora Nova Aguilar. Rio, 1977.
- RECIFE. *Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*. Movimento de Cultura Popular, 1963.
- ROSAS, Paulo. *O Movimento de Cultura Popular – MCP*. Rio de Janeiro, 1980, Mimeog. (32ª Reunião da SBPC)

----- *Um olhar sobre Paulo Freire a partir da realidade cultural do Nordeste brasileiro*. Edições Bagaço, NUPEP, Recife, 2.000  
SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra*. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.  
SOUZA, João Francisco de. *A pós-modernidade/ mundo e suas implicações educativas na visão de Paulo Freire*. In LIMA, Maria Neyde dos Santos e ROSAS, Argentina. (op. cit)  
TEIXEIRA, Anísio. Entrevista ao jornal *Metropolitano*. Rio, 1963.